



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681157 - SP (2021/0225025-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : EMILY APARECIDA ALVES DE SOUZA RODRIGUES E OUTRO
ADVOGADOS : MARCOS KAUE ROCHA DA SILVA - SP420668
EMILY APARECIDA ALVES DE SOUZA RODRIGUES - SP448532
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADRIANO CASARO NETO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADRIANO CASARO NETO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1501010-58.2019.8.26.0545).

O paciente foi condenado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado e pagamento de 583 dias-multa.

O impetrante sustenta que não houve fundamentação idônea para a fixação do regime fechado para início de cumprimento da pena. Sustenta, ainda, que o paciente preenche os requisitos para a concessão da causa de diminuição da pena prevista no §4º do art. 33 da Lei de Drogas.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do regime semiaberto e da minorante do §4º do art. 33 da Lei 11.343/2006. Subsidiariamente, requer que a pena privativa de liberdade aplicada seja substituída por restritiva de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionabilidade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente